

TRÂNSITOS E NEGOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESPÍRITO SANTO A PARTIR DA INDEPENDÊNCIA: OS BOTOCUDOS ENTRE AS FLORESTAS E OS ALDEAMENTOS

FRANCIELI A. MARINATO¹ INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO – SINOP
– MATO GROSSO

RESUMO

No século XIX, os Botocudos foram alvo do contato contínuo com os luso-brasileiros para a colonização da região do rio Doce, com ações que variaram da violência às tentativas de pacificação e aldeamento, a partir da Independência. Neste artigo, analisamos um conjunto de documentos formado pelas correspondências dos militares e diretores dos índios nas décadas de 1820-1830 no Espírito Santo, que revelam o protagonismo e a resistência indígena não apenas de forma ofensiva, mas utilizando os recursos oferecidos pelos colonizadores e empreendendo um constante trânsito do espaço do “sertão” (as florestas) aos enclaves coloniais, formados pelos quartéis, aldeamentos e povoados. A análise nos permitiu identificar diversos grupos Botocudos e a variação de suas denominações, algumas rivalidades internas, o domínio do território e a consciência indígena da colonização em processo.

Palavras-chave: índios Botocudos; Colonização; Resistência; Protagonismo indígena.

ABSTRACT

In the 19th century, the Botocudos, a group of Brazilian natives, were the target of the continuous contact with Portuguese-Brazilian colonizers interested in the colonization of the Rio Doce (Doce River) region, with actions that ranged from violent attacks to the attempts of pacification and settlement, from Brazilian Independence. In this article, we analyze a set of documents formed by military and native's directors correspondences written during the decades of 1820-1830 in Espírito Santo, that documents reveal the impetuous indigenous resistance, not just in a offensive way, but using the resources offered by the colonizers and undertaking a constant transit among the space of the “sertão” (the forests) to the colonizing enclaves formed by barracks, villages and settlements. This analysis allowed us to identify the different Botocudos groups and their self-denominations, their internal rivalries, the domain of the territory and the indigenous awareness of the colonization in the process.

Keywords: Botocudos; Colonization; Resistance; Indigenous protagonism.

¹ Professora de História no Instituto Federal do Mato Grosso - Campus Avançado Sinop, desde 2016. Doutoranda em História/UFMT (2018-2022). E-mail: franmarinato@gmail.com.

Os recentes estudos do indigenismo no Brasil vêm derrubando a antiga concepção de que os povos autóctones, em contato com os portugueses, adotaram apenas duas posturas oponentes no processo de colonização: a resistência ou a submissão passiva. No Período Colonial, a integração forçada imposta aos índios principalmente através dos aldeamentos religiosos, resultou em consequências que divergem muito da suposta assimilação, mistura, extermínio e desaparecimento das populações nativas. Nem sempre as transformações impostas às sociedades indígenas caminhavam na direção desejada pelos colonizadores. Não somente as ações e reações indígenas foram contrárias às expectativas portuguesas, oscilando entre a colaboração e a resistência, como eles também souberam elaborar formas de resistir pacificamente e prolongar sua existência.²

As relações entre os índios Botocudos, militares e colonizadores na região do rio Doce no século XIX, evidenciam diversas formas de resistências e a prevalência dos interesses e reivindicações dos índios em muitos momentos. Da vivência desses povos em torno da Diretoria do rio Doce (a partir de 1824), depreendemos variadas experiências: de aparente correspondência aos objetivos colonizatórios, com a atração e permanência dos índios nos aldeamentos ou quartéis; momentos de resistência aguda, com armas postas entre índios e colonizadores; e também momentos de trocas materiais e simbólicas, com supremacia da liberdade e dos interesses indígenas. Na maioria das vezes, a alternância de situações foi movida pelas reações dos índios, em decorrência da satisfação ou não das expectativas suscitadas e cada vez mais afloradas pelo contato e promessas feitas pelos colonizadores na promoção da integração.

Neste artigo, buscamos uma análise que privilegie o protagonismo dos índios. Isso porque compreendemos como eles se mostraram sempre ativos frente aos projetos de colonização e às relações sociais que os envolveram. São claras as maneiras como os índios privilegiaram seu modo de vida autônomo, recusando a sedentarização e mantendo um

² Entre os estudos pioneiros que apresentam estas novas interpretações estão os de John Monteiro e Maria Regina C. de Almeida sobre São Paulo e o Rio de Janeiro colonial. Cf. MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Em relação aos índios do nordeste, a interação com os demais agentes sociais variou de diversas formas, “[...] da fuga ao ataque, da negociação ao conflito, da acomodação à rebeldia”, o que contribuiu para as sucessivas transformações e sobrevivência dos grupos aldeados. PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. *Revista Brasileira de Etno-História*, Recife, ano 2, n. 2, 1998, p. 9-10.

constante movimento entre as florestas e os aldeamentos. Além disso, as tentativas de inseri-los no mundo colonial, mediante a permanência nos aldeamentos e tentativas de coação ao trabalho, revelam a necessidade de muitas concessões e a negociação de interesses, com os índios conseguindo amenizar suas perdas e submissão. Assim, nos imbuímos pelo caminho apontado por João Pacheco de Oliveira, de “dar um sopro de vida sobre os bonecos de barro, marcá-los com um nome e atribuir-lhes uma alma, transformando fatos isolados e caóticos em ações significativas e em interpretações coerentes”.³

Ao destacar a consciente atuação indígena e as andanças dos seus nichos recônditos na floresta aos enclaves coloniais que pontuavam o território da bacia do Doce, percebemos como os índios desconsideravam os limites entre Minas Gerais, Espírito Santo e a Bahia em seus contínuos trânsitos. Por isso, refletimos sobre o Espírito Santo inserido na teia de relações sociopolíticas com seus vizinhos e com o poder central, pois nos assuntos referentes às políticas indigenistas, as informações, experiências e as ordens e instruções dirigidas circularam muito. Inclusive, objetivamos demonstrar como a província capixaba alcançou destaque nos assuntos referentes aos povos nativos, sobretudo nas décadas de 1820-1830, o que coloca relevo ao seu processo histórico que, sob o viés da história econômica e política, sempre esteve relegado na historiografia brasileira.

OS ÍNDIOS BOTOCUDOS NO ESPÍRITO SANTO À ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA

A bacia do rio Doce não foi ocupada pela colonização até fins do século XVIII. De certa forma, isso contribuiu para o avanço violento e decisivo sobre as terras e populações nativas no início do Oitocentos. A partir de então, os Botocudos estiveram no centro de uma política da Coroa Portuguesa, depois do Estado brasileiro Independente, que variou da violência e dizimação ao tratamento brando; da expulsão das áreas almejadas para além das fronteiras coloniais à atração promovida pela Diretoria do rio Doce por meio de seus quartéis e aldeamentos, com tentativas de integração à sociedade colonial. Essa política indigenista de variações aparentemente contraditórias sempre teve como objetivo a solução

³ OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999, p. 106.

do “problema” representado pelos índios, liquidando-os pela guerra e pelas doenças ou tentando submetê-los ao trabalho, com sua consequente diluição entre a população colonial.

O processo de colonização do rio Doce e a guerra ofensiva aos índios Botocudos já foram bastante explorados por diversos autores, delineando-se inclusive a estrutura militar formada por presídios, quartéis e divisões militares pela extensão dessa região em Minas Gerais e Espírito Santo.⁴ Segundo Paraíso, foram sete divisões e 33 quartéis formados na bacia do Doce a partir das Cartas Régias que decretaram a guerra ofensiva aos Botocudos em 1808. A estrutura militar formada especificamente no Doce espírito-santense chegou a contar com dez quartéis militares, que compreendiam a Divisão Militar do Rio Doce.⁵

No entanto, essa estrutura nem sempre se manteve devido à inconstância dos recursos financeiros disponíveis. Quando a Junta do Governo se formou no Espírito Santo em 1822, um dos grandes problemas relatados de imediato foi a precariedade financeira para sustentar as tropas pelo sertão para dar suporte ao povoamento. Nas palavras da Junta, esta era a situação da colonização no início de 1822:

[...] tão útil providência ficará malograda se ao mesmo tempo S. A. Real não mandar dar a esta Província rendas suficientes para se sustentarem indispensáveis Destacamentos de Tropa por todo o Sertão, e por aquela Estrada que vedem os quotidianos insultos do Gentio bárbaro, que incessantemente destrói a agricultura, e tem morto muitos Lavradores: causa lastimosa dessa miserável Província. Todos os Sertões, assim como a nova Estrada estão desamparados, indefesos e invadidos diariamente pelo Gentio, por não haver Tropa suficiente para os guarnecer, nem dinheiro para os sustentar, desertando muitos por causa da fome.⁶

⁴ Excelentes e minuciosos trabalhos produzidos sobre este assunto são os artigos de PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). *História* – Revista do Departamento de História da UFES, Vitória, n. 9, p. 99-123, 2001; MOREL, Marco. Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudos durante o Primeiro Reinado. *Dimensões* – Revista de História da UFES, Vitória, n. 14, p. 91-113, 2002; e os livros de MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. Bauru: EDUSC, 2004; e ESPINDOLA, Haruf Salmem. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: EDUSC, 2005, dentre outros.

⁵ PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica, op. cit., p. 417. MARINATO, Francieli A. *Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (ES, 1824-1845)*. Dissertação. Mestrado em História Social da Relações Políticas. Vitória, UFES, 2007, p. 46-47.

⁶ Ofício da Junta do Governo a José Bonifácio em 12 de abril de 1822. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura, 2008, p. 324. O Espírito Santo foi governado por

No governo de Ignacio Accioli de Vasconcellos (1824-1829) teve início o funcionamento da Diretoria do Rio Doce. Naturalmente, a Diretoria cobria o mesmo perímetro da antiga Divisão Militar e passava a controlar seus antigos quartéis. Já no ano de 1824, a Diretoria passou a contribuir ainda mais com o descontrole financeiro e dificuldades administrativas da Província. Todas as suas despesas eram de responsabilidade da Junta da Fazenda Provincial, que contava com consignações mensais recebidas do Tesouro Público Imperial.⁷ No entanto, em ofício de julho de 1824, no qual o Presidente Accioli de Vasconcellos ponderou a situação financeira interna e as dificuldades no rio Doce, há a informação de que tais auxílios não eram repassados com regularidade:

Rogo mui reverentemente a S. M. Imperial haja de mandar-me algum socorro pecuniário além da consignação de dois contos e quinhentos mil réis mensais que houve por bem consignar a esta Província [...], [que] mesmo assim não tem vindo completamente e além da outra consignação aplicada para os aldeamentos do rio Doce, que até o presente não tem ainda sido enviada, e pela qual damos todos os dias o coronel Diretor dos referidos aldeamentos, pois que um não sendo socorrido certamente a nação [há] de perder os serviços já feitos e o resultado será pior para a Província, pois que aqueles bárbaros que por ora vão acreditando nas promessas feitas terão de reverter para os bosques e então a guerra deles será inevitável.⁸

Na mesma correspondência, temos uma boa análise de Vasconcellos sobre o estágio do trabalho até então feito com os índios e a continuidade a partir do início do seu governo com a formação da Diretoria. A esta época, numerosos grupos nativos estavam sendo reunidos nos

uma Junta do Governo Provisório, conforme determinação das Cortes de Lisboa em outubro de 1821, de março de 1822 até o início do Governo de Ignacio Accioli de Vasconcellos, em 1824.

⁷ A Diretoria atendia todo o Distrito do Rio Doce, que era formado pelos povoados de Linhares e Barra do Rio Doce (ou Regência). Seus limites eram o rio da Barra Seca ao norte, onde começava a Vila de São Mateus, e o rio Piraqueçu ao sul, onde se situava a povoação de Aldeia Velha e que pertencia à Vila de Nova Almeida. Quanto ao seu planejamento financeiro, verificamos na documentação que este, na verdade, era feito pelos diretores, que o repassavam à Junta da Fazenda Provincial para ser encaminhado ao Governo Imperial.

⁸ Ofício do Presidente da Província Ignácio Accioli de Vasconcellos ao marquês de Queluz, ministro do Império, em 01 de julho de 1824. In: OLIVEIRA, 2008, p. 329.

quarteis e no primeiro aldeamento que se formou nas margens do Doce, chamado de São Pedro de Alcântara:

Não poucas vezes se tem levado aos pés do trono que as rendas desta Província não avançam a mais de quinze contos de réis, e a despesa ordinária exige mais de sessenta contos. [...] A isto acresce o importante objeto da civilização dos índios do rio Doce, cujo serviço para infalivelmente por falta de numerário para se continuar e então visto a grande proporção de gentio que já se tem congregado, um terrível mal vai cair sobre os lavradores derramando-se o mesmo gentio por toda a parte logo que virem que as promessas que se lhes tem feito se tornam nulas ou tardias: e as conseqüências desta desgraça são patentes à consideração de V. Excia. [...].⁹

A Diretoria do Rio Doce foi criada a partir das instruções do “Regulamento para a civilização dos índios Botocudos nas margens do rio Doce”, de 28 de janeiro de 1824, que foi destinado exclusivamente para o Espírito Santo. Esta legislação substituiu as rápidas e pontuais orientações que foram enviadas à Província desde a Independência, incentivando a formação de aldeamentos indígenas. Assim, por exemplo, a Decisão n.º 22, de 20 de fevereiro de 1823 determinava a reunião dos índios junto a destacamentos militares, mencionando o quartel do Porto de Souza, onde seriam estocados víveres e instrumentos agrônimos destinados aos aldeados. Outra Decisão, de 24 de maio de 1823, recomendou o emprego dos índios em favor do Estado – com “todos os meios de moderação e brandura” – como forma de amenizar as despesas de sustento.¹⁰ O Regulamento seguia essas indicações, determinando todo empenho para a formação de aldeamentos e centralizando esta obrigação na autoridade de um diretor.

A Portaria do ministro João Severiano Maciel da Costa, que continha as justificativas e orientações para aplicação do Regulamento, oferece importantes informações da situação

⁹ OLIVEIRA, 2008, p. 329.

¹⁰ Decisão Imperial n.º 22, de 20 de fevereiro de 1823 e Decisão Imperial n.º 85 de 24 de maio de 1823. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp, 1992, p. 103 e 106. Fernanda Sposito traz uma lista de recomendações e decisões legislativas destinadas aos rios Doce e Jequitinhonha, em Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia logo após a Independência. Cf. SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 77.

local naquele contexto. Segundo o ministro, havia uma grande quantidade de índios afluindo todos os dias para as margens do Doce, “[...] os quais é de suma necessidade contentar, e aproveitar já, aldeando-os, e dispondo-os para a civilização no que tanto ganham a humanidade, a religião e o estado.” O Regulamento foi cunhado com caráter peculiar e temporário, conforme expresso na Portaria: “servirá somente para lançar os primeiros fundamentos à grande obra de civilização dos índios nessa parte do mesmo Império”.¹¹ Naquele momento, havia a expectativa do lançamento de um amplo projeto de civilização indígena, que não se concretizou no Primeiro Reinado. Apenas em 1845 foi lançada uma legislação indigenista para ser aplicada em todo o Império, o Regulamento das Missões.

O Regulamento de 1824 e as instruções para a formação de aldeamentos remetidas pelo Governo imperial eram caracterizadas pela recomendação de moderação, zelo e brandura no tratamento aos índios, com o objetivo de se alcançar sua pacificação e a civilização. Dessa forma, a partir da Independência acompanhamos uma grande mudança no tom do discurso oficial, que no período Joanino (1808-1821) foi marcado pela “guerra ofensiva”, determinando-se ação e reação violenta aos Botocudos. A historiadora Fernanda Sposito analisou como a questão da civilização tornou-se um debate importante no meio político brasileiro desde as Cortes de Lisboa (1820-1821), quando foram apresentados cinco projetos oriundos do Brasil com soluções para se tratar os povos nativos. Entre esses projetos estava o de José Bonifácio, que foi o mais considerado na Assembleia Constituinte de 1823 e nos anos seguintes acerca da promoção da pacificação e civilização dos índios, longe da proposição de assegurar os direitos de cidadania e o reconhecimento como “brasileiros”.¹²

Portanto, no início da formação do Estado nacional, a civilização indígena estava inserida nos debates políticos como um dos principais temas e os gastos destinados aos índios tiveram grande destaque na definição do orçamento imperial. Ao mesmo tempo, estava o Espírito Santo entre as províncias que se destacavam nesta temática, pela sua numerosa população nativa e pelas demandas para sua pacificação. Podemos demonstrar essa relevância

¹¹ Regulamento para a civilização dos índios Botocudos nas margens do rio Doce de 28/1/1824. In: OLIVEIRA, José Joaquim Machado de (Org.). Notas, apontamentos e notícias para a história da Província do Espírito Santo. *Revista do IHGB*, tomo XIX. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856, p. 221.

¹² SPOSITO, 2012, p. 75-77.

por meio do quadro abaixo, que apresenta o orçamento imperial destinado às despesas no trabalho com os povos nativos.

Quadro 1. Províncias com maior orçamento para catequese e civilização indígena

| Província | 1830 | 1831 | 1832 | 1833 |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|
| Espírito Santo | 6:207\$000 | 2:207\$000 | 6:580\$000 | 4:900\$000 |
| Goiás | 1:066\$000 | 3:200\$000 | 2:600\$000 | 3:000\$000 |
| Mato Grosso | 1:000\$000 | 2:300\$000 | 2:000\$000 | 1:200\$000 |
| Minas Gerais | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 3:000\$000 | 6:400\$000 |
| Pará | 2:900\$000 | 4:000\$000 | 3:000\$000 | 3:200\$000 |
| São Paulo | 3:073\$000 | 3:000\$000 | 4:000\$000 | 3:400\$000 |

Fonte: Retirado do quadro 2 apresentado em SPOSITO, 2012, p. 106.

Relacionamos as seis províncias que receberam o maior orçamento, entre os anos de 1830-1833. O Espírito Santo recebeu um valor enorme nesse período, que ultrapassou seis mil contos de réis nos anos de 1830 e 1832, o dobro destinado à outras províncias que também demandavam grandes recursos, Minas Gerais e o Pará.

O interessante é que mesmo tendo essa relevância, o Espírito Santo nem sempre aparece em destaque nas produções historiográficas que abordam esse contexto, sobretudo nas análises sociopolíticas e econômicas. O trabalho de Sposito, por exemplo, que é uma importante análise acerca da formação nacional no Primeiro Reinado e da legislação indigenista do Brasil império, negligência totalmente o Espírito Santo. Mesmo quando apresenta as informações das províncias que receberam orçamento imperial para a catequese, que reproduzimos parcialmente no quadro apresentado acima, a autora pouco destacou a situação capixaba, porque o seu interesse era a análise sobre São Paulo. O problema discutido pela autora circunscreve-se na questão de que não houve uma política indigenista no Primeiro Reinado. Segundo ela, a exceção “ocorreu com relação à revogação das guerras justas em 1831. [...] No entanto, sem maiores

diretrizes, o problema do trato dos índios permaneceu à deriva ao longo do 1º Reinado e da Regência.”¹³

Dessa forma, em sua análise Sposito praticamente omitiu o Regulamento de 1824 destinado ao rio Doce capixaba. No entanto, este Regulamento foi a orientação legislativa mais completa destinada à civilização e catequização indígena até 1845, contendo detalhadas instruções para a formação de aldeamentos e ressuscitando o papel do diretor de índios. Ao desconsiderar um exame mais cuidadoso sobre o Regulamento, a autora pode ter caído na armadilha da inscrição no documento, mencionado como “interino” e “temporário”, menosprezando a realidade espírito-santense que demandou grande atenção do governo de D. Pedro I. A bacia do rio Doce foi a região onde se reinaugurou a experiência de aldeamentos indígenas pouco antes da Independência sob o controle de um Diretor, em Minas Gerais, que se expandiu pelo território capixaba a partir de 1824 com a formação da Diretoria do rio Doce, com base neste Regulamento.

TRÂNSITOS INDÍGENAS ENTRE A FLORESTA E O ALDEAMENTO

A Diretoria do rio Doce seguiu as premissas promulgadas no discurso indigenista do nascente Estado Imperial, de “bom tratamento” e “hospitalidade” às populações nativas, o que ficou registrado em sua documentação. Porém, na análise de suas práticas percebemos uma enorme distância deste discurso. De concreto, a Diretoria conseguiu atrair a presença dos Botocudos e tecer uma relação com eles em alguns momentos, mas não foi capaz de controlar os conflitos interétnicos, tampouco mantê-los aldeados por muito tempo e completar o processo de civilização submetendo-os à colonização. Nessa relação, predominaram os interesses nativos, que os fazia transitar assiduamente entre a floresta e as estruturas coloniais. O principal mecanismo de sedução dos índios na tentativa de aldeá-los era a propagação da oferta de produtos diversificados, com atrativos e significados simbólicos que suscitavam diferentes anseios no universo nativo. Tais produtos proporcionavam desde a satisfação, por meio do sustento alimentar, até a superação do seu estado material, no caso das vestimentas e objetos

¹³ SPOSITO, 2012, p. 101.

com nova lógica sociocultural. Além disso, ataçavam a ambição, suplantavam a “selvageria” e aferiam “poder” no meio intersocietário nativo, no caso das ferramentas e armas.¹⁴

A troca de produtos entre europeus e índios ocorreu desde o momento inicial da colonização e tinha caráter especialmente econômico para ambos os lados. Com isso, podemos dizer que se estabeleceu um “sistema interétnico”, que define as “[...] relações entre populações dialeticamente unificadas através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça”.¹⁵ Na associação interétnica há uma interdependência entre índios e brancos, na qual os interesses são mediados, sobretudo, pela dependência de recursos econômicos, surgida após um contato preliminar. Mas, por trás das trocas interétnicas, além das relações econômicas e das alianças, configurou-se um cenário dinâmico de constante reelaboração de identidades, de hostilidades e amizades entre os próprios grupos nativos.¹⁶

O estoque de produtos para distribuir aos índios contatados e atraídos foi o mecanismo adotado pela Diretoria desde o seu início e era considerado fundamental por todos os diretores. Nesse sentido, encontramos contínuas informações na documentação sobre a chegada de grupos indígenas, nem sempre apontando o número de índios, os produtos entre eles distribuídos e a relação dos recursos necessários para sustentá-los. A distribuição de presentes era não só um meio de aliciar os índios para os aldeamentos, mas também um elemento simbólico para sinalizar a intenção de estabelecer a paz. Assim, por exemplo, o oferecimento de presentes foi tomado como forma de mediar a trégua entre grupos Botocudos rivais, como os índios Pokrane e os do norte do rio Doce. A estratégia também foi utilizada pelos colonizadores que adentravam o território na expectativa de viabilizar sua exploração econômica. Em 1834, os engenheiros da Companhia de Navegação do Rio Doce, em excursão para investigar as possibilidades de navegação, deixaram presentes na Diretoria para serem distribuídos aos índios: “Estes senhores deixaram em meu poder para mimuscarem os Botocudos quando vierem uma

¹⁴ Maria Hilda B. Paraíso relacionou os presentes oferecidos aos índios no Império em seis categorias, tomando como base a diversidade de produtos oferecidos aos Maxakali do Jequitinhonha: 1) os utilitários, destinados à coletividade e vinculados à transformação dos índios em produtores/ trabalhadores agrícolas e artesãos; 2) vestimentas, para a superação do “baixo” estado de civilização e moral; 3) adereços, como lenços, chapéus, fitas, espelhos; 4) objetos associados à afirmação militar, destinados ao capitão e seus auxiliares; 5) objetos para a viagem; 6) um retrato de Sua Majestade Imperial, identificando os índios como súditos. Cf. PARAÍSO, Maria Hilda B. Guido Pokrane, o imperador do rio Doce. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2005, Londrina, p. 13-14.

¹⁵ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p. 153.

¹⁶ Conforme descrito em ALMEIDA, 2003, p. 55.

porção de miçangas, espelhos, de tesouras, de pentes, de anzóis e de alfinetes, o que muito lhes agradecei por parte dos mesmos Botocudos”.¹⁷

Foi somente mediante esse recurso que a Diretoria estabeleceu vínculos com os índios e os atraiu aos quartéis e aldeamentos. A promoção de sustento e distribuição de presentes criou uma enorme expectativa nas populações das florestas. Ao apontar essa expectativa e, ao mesmo tempo, revelar a pretensão de fomentá-la para aldear os grupos contatados, os diretores ofereceram sucessivos relatos sobre a importância dos alimentos e demais objetos para agradar e conquistar os índios. No ano de 1825, Carlos Augusto Nogueira da Gama, que era secretário da Diretoria, apontou em palavras ríspidas ao Presidente da Província a necessidade de sustento e vestuário para dezesseis índios que residiam no aldeamento de São Pedro de Alcântara, para vinte e nove que acabavam de chegar e para todos os que habitavam a margem sul do Doce.¹⁸ A partir deste ano, foi cada vez mais constante o aparecimento dos Botocudos nos postos do rio Doce, motivados pelas ambições despertadas com ofertas de sustento e presentes. Sua aproximação é identificada na documentação por meio de expressões como “saíram” ou “chegaram de paz” e “abraçaram-se conosco”. No entanto, a permanência das famílias indígenas dependia da recepção com alguns destes itens e só era assegurada com o mínimo fornecimento de sustento.

São muitos os exemplos que demonstram o interesse dos índios por alimentos e outros produtos. Não raras vezes, o diretor João Antônio Lisboa narrou a chegada deles em quartéis exigindo sustento e presentes. Quando nada recebiam, partiam para Linhares interessados no que havia para adquirir na sede da Diretoria. Em 1827, afirmou que os índios chamados de Biurus pareciam “cinquenta animais” que só queriam saber de “comer e dormir”, além de serem grandes desordeiros quando estavam bêbados.¹⁹ Ainda em 1827, um novo grupo de vinte Botocudos foi do Porto de Souza a Linhares. Segundo Lisboa, “[...] não vieram mais por não caberem na canoa, porém que todos querem vir para se lhes dar roupa, ferramenta e de comer, pois naquele aldeamento nada há presentemente em razão dos Botocudos terem destruído tudo [...]”. Ao chegarem a Linhares, receberam “[...] roupa e um resto de facas, tesouras, espelhos e barretes que ainda havia e deles já tornaram onze para o mato, levando também quatro machadinhas, quatro foices e três machados [...]”.²⁰ Além de explicitar a avidez dos

¹⁷Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 03 de outubro de 1834, fl. 313.

¹⁸Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 03 de dezembro de 1825, fl. 81.

¹⁹Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 18 de janeiro de 1827, fl. 153.

²⁰Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de dezembro de 1827, fl. 223.

índios por tais produtos, o diretor enfatizou a necessidade de agradá-los e atender seus interesses para assegurar a “boa” relação e proporcionar sua pacificação:

[...] eles são muito brabos e mui desconfiados, por isso é necessário agradá-los logo que chegam em tudo que eles querem, principalmente em roupa, ferramenta e muito de comer, em razão porque rogo a V. Ex.^a socorro para que eles não voltem para o mato desconfiados; e asseguro debaixo de fidelidade que se pudessem haver as providências necessárias nesta Diretoria, os Botocudos brabos saíam todos de paz.²¹

Em relatório do ano de 1826, o secretário Nogueira da Gama afirmou que os índios demonstravam que queriam se aldear, porém, sob diversas condições e interesses, que envolviam sustento, hospedagem e autonomia para irem e virem, ou seja, transitarem livremente entre a floresta e o aldeamento:

[...] todas as famílias querem casa separada, comida, roupa (etc, etc). Ora, se eu pudesse dar o que eles pedem, não ficariam bem satisfeitos, mesmo ainda que entrassem alguma vez para o mato a caçar, [...] de certo que, quando voltassem, trariam quantos encontrassem [com] o interesse de boa hospedagem [...].²²

Assim, percebemos como a vinculação dos índios com a Diretoria e com a vida sedentária oferecida nos aldeamentos baseava-se num tênue laço mantido pela oferta de produtos. O sucesso do projeto de pacificação e aldeamento dependia minimamente da satisfação das ambições suscitadas. Na aproximação da Diretoria, os índios sabiam bem quais seriam seus ganhos. Mas o contato permanente possibilitou a percepção de que a aceitação dos presentes e da “hospitalidade” oferecida nos aldeamentos tinha como contrapartida muitas perdas. Não há dúvidas de que os grupos Botocudos se relacionaram com a Diretoria pelo interesse nos ganhos, fazendo do recebimento de produtos e sustento uma condição precípua

²¹Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 03 de dezembro de 1825, fl. 81.

²²Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Relatório de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, julho de 1826, fl. 95.

para sua aproximação. Com relação aos prejuízos, os índios buscaram amenizá-los ou se esquivar, por exemplo, se recusando a permanecer muito tempo nos aldeamentos.

A capacidade dos índios de articular seus interesses aparece formalmente no mesmo relatório de Nogueira da Gama no ano de 1826. Após descrever o atraso dos serviços agrários, das construções, da guarnição da Diretoria e as conseqüentes dificuldades para atrair e manter os índios, ele ofereceu uma interessante reflexão sobre as desconfianças destes diante do não cumprimento das promessas feitas. E mais: explicitou a arguta percepção dos índios sobre a maneira como eram aliciados e sobre os intentos de sua reunião nos aldeamentos:

Pela falta ao princípio apontada, não posso angariar os Botocudos Naknenuk; e esta mesma causa o atraso [na pacificação] dos Biurus [...]. Esta mesma falta, torno a dizer, ocasiona as falsidades que praticam os Biurus, porque saindo de paz nos quartéis com o interesse do sustento, vestiário e quinquilharias que facilmente se lhes promete e com a mesma facilidade se lhes não dá, enfurecem-se na persuasão de que é nosso intento uni-los para matá-los e na verdade que tem toda a razão de assim pensar [...].²³

Este relato explicita como a aproximação dos Botocudos estava condicionada aos ganhos prometidos, mas também a consciência que os índios tinham dos malefícios e riscos dessa aproximação dos colonizadores. A permanência nos aldeamentos dependia de concessões ainda maiores, o que nos permite concluir que a procura dos índios não foi resultado apenas de sua “ilusão” pela aquisição material dos produtos oferecidos, tampouco representou submissão aos intentos colonialistas. Certamente, esse foi um processo permeado por interesses de ambos os lados, em que os dos índios muitas vezes sobressaíram.

O assédio dos Botocudos à Diretoria atingiu grande demanda, proporcional à sua expressão numérica nas florestas do Doce e de toda Província. Essa demanda estava muito além do que a princípio se supunha e do que a Diretoria realmente era capaz de receber. As estimativas do número de Botocudos assistidos pela Diretoria inscritas na documentação analisada são sempre parciais, referem-se ao número

²³ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Relatório de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, julho de 1826, fl. 95 (grifo nosso).

de índios que passavam pelos quartéis e/ou aldeamentos nos meses relatados. Para avaliarmos a quantidade de Botocudos em torno da Diretoria, tomamos como referência a estimativa de Guido Marlière, em 1827, que incluía os índios do Espírito Santo que frequentavam os quartéis mineiros. Marlière apontou a existência de 20 mil índios, porém, reiterou que o número era aproximado, “[...] porque contar aos índios em matas e um formigueiro, é sinônimo”.²⁴

Diante dessa cifra, fica evidente a falta de estrutura e a improvisação do funcionamento da Diretoria para aldear os Botocudos. Entre os anos de 1826 e 1829, não se conseguiu estabelecer aldeamentos com a presença fixa e contínua dos índios. Depois do abandono do aldeamento de São Pedro de Alcântara na barra do rio Doce, próximo a Regência, muitos grupos que ali estiveram aldeados passaram a viver no povoado de Linhares ou se dispersaram pela região e voltaram para as florestas. Nesse período, o diretor João Antônio Lisboa começou a argumentar sobre a necessidade de novos aldeamentos dos Botocudos, indicando os lugares em que poderiam ser formados, cumprindo o Regulamento de 1824. O quartel militar do Porto de Souza, localizado num ponto do rio Doce tido como limítrofe de Minas Gerais, foi o primeiro local indicado para a formação de um aldeamento. Isso porque esta região era de constante passagem dos índios que transitavam pelos redutos coloniais mineiros e também daqueles que percorriam regiões do sul capixaba, que passaram a ser identificados nas correspondências da Diretoria como “Botocudos do Norte” e “Botocudos do Sul”. Lisboa se refere a estes povos como rivais entre si e difíceis de serem reconciliáveis e viverem num mesmo aldeamento:

[...] aqui não faz conta haver muitos Botocudos, porque, apesar de poder haver o que eles querem, não deixam d’incomodar e amedrontar os poucos habitantes que ainda restam; e na ocasião presente com mais razão, por não haver na povoação mais do que dois soldados e um jornaleiro com 44 Botocudos de duas Nações inimigas uma da outra, que vem a ser 23 do Sul e os 21 do Norte.²⁵

Muitas correspondências discutem implicitamente que a Diretoria do rio Doce era incapaz de manter os Botocudos aldeados em grupos mais numerosos, reconciliar famílias hostis e impor sobre eles um projeto de civilização, transformando-os culturalmente. Não há dúvidas de que os índios perceberam

²⁴ Guido T. Marlière citado por MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequeses na Província de Minas*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 116.

²⁵ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 14 de março de 1833. fl. 147-148.

essa impotência, acostumados que estavam aos contatos com os luso-brasileiros e conscientes dos interesses colonialistas desde as primeiras décadas do século XIX. O relato abaixo é bastante interessante por demonstrar os conhecimentos que os índios tinham da colonização em desenvolvimento e os limites por eles próprios impostos à aproximação e relação com a sociedade:

[...] vi com pesar meu o destroço que ali fazem no mandiocal e mais plantações as imensas famílias de Botocudos que tem saído de paz naquele quartel [Porto de Souza], onde se demoram o tempo que querem ou enquanto fazem a farinha que podem levar para o mato [...]. Duas destas famílias já vieram a esta povoação e foram por mim brindadas de camisas, calças, barretes e ferramenta; e estas mesmas camisas e calças é que lhes servem de sacos que levam para o mato a farinha que fazem no quartel. Estas mesmas duas famílias são a causa das outras não quererem vir a Linhares, porque lhes contam as doenças que sofreram e os parentes que cá lhes morreram, porém, todos [dizem] que se querem ali aldear e que eles trarão outras muitas famílias que há brabas no mato.²⁶

Decorridos anos de contato e tentativas de aldeamento dos Botocudos, os vínculos com a vida sedentária e com o mundo do trabalho oferecido pela Diretoria eram fortemente recusados pelos índios, predominando uma distância sociocultural na relação entre os dois mundos. Mais do que um desencontro de interesses, o trecho citado coloca-nos diante do desencontro cultural, com a frustração do diretor diante do desprezo pelos símbolos civilizatórios representados pelas roupas. Os índios não recusavam os presentes, ao contrário, muitas vezes os exigiam ao chegar nos quartéis ou só se aproximavam depois de averiguar o que havia para receberem. Mas, ao dispor dos objetos oferecidos, transformavam sua utilidade e seus valores, adaptando-os à sua simbologia, tornando-os úteis ao seu universo sociocultural. Assim, muitas vezes e grande parte dos índios que tiveram suas trajetórias registradas na documentação que chegou ao nosso tempo, fizeram vigorar seus interesses, mantendo a vida autônoma que os levava a transitar intensamente entre as florestas e os enclaves coloniais.

Nas aproximações e relações que os índios buscavam juntos aos quartéis e povoados no Doce, também chama a atenção as constantes visitas às roças dos militares e colonos. Entre os anos de 1827-1829, a Diretoria não conseguiu manter os Botocudos reunidos num aldeamento propriamente

²⁶Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de outubro de 1827, fl. 217.

dito, não apenas pela falta de recursos, mas parece-nos que muito mais pela incapacidade de lidar com os índios, de controlar o assédio e suas expectativas e de impor o processo de civilização pelas vias da submissão e controle dos indivíduos. No entanto, os índios não cessaram de se aproximar, ao contrário, eles passaram a rondar com mais frequência inclusive o povoado de Linhares, com sucessivos ataques às roças dos quartéis e dos colonos. Em dezembro de 1828, o comandante do Porto de Souza relatou que 68 Botocudos Biurus comeram toda a mandioca que supria as necessidades dos soldados, que não recebiam a ração diária do serviço. Em fevereiro do ano seguinte, Lisboa afirmou que os Botocudos que apareciam naquele quartel já não tinham mais o que destruir, “[...] porque até o feijão em que eles não mexiam, agora o comeram cru quando estava em vagens”. Não tendo mais o que lhes interessasse no quartel, cinco indivíduos deste grupo juntamente com seu capitão desceram o rio Doce até Linhares “[...] e pediam roupas e farinhas para eles e para os que lá tinham ficado; e eu comprei pano, vesti-o a eles e lhes disse que para os demais eu mesmo lá lhes levaria. Dois destes que não tinham família ficaram e os outros três voltaram [...]”.²⁷

No ano de 1829, diversas famílias Naknenuk que, de acordo com os relatos, ainda não haviam estabelecido contato com a Diretoria, passaram a rondar o Segundo Quartel de Linhares, interessadas nas lavouras existentes em suas proximidades. O quartel estava abandonado, o que era mencionado como justificativa para o assédio dos índios. Os Botocudos apareciam principalmente à noite e daí se dirigiam às roças dos colonos de Linhares, causando temores de ataques maiores.²⁸ A presença dos índios rondando as roças coloca-nos uma vez mais diante da separação cultural existente entre as duas realidades socioculturais em contato. O diretor e os colonos viam as aproximações noturnas como intento de ataques ofensivos e sempre caracterizavam suas rondas nas roças como roubo. Por seu lado, os índios não faziam hostilidades e negavam que estavam furtando. Sua aproximação cotidiana denota que conheciam bem as vantagens que poderiam usufruir nos entrepostos coloniais, ou seja, sabiam da existência de lavouras com alimentos em fartura disponíveis. A fome e/ou a comodidade para a coleta de alimentos parecem ser a razão dessa aproximação constante dos índios:

²⁷Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly. Correspondência de José Joaquim dos Santos a José Antônio Lisboa. Quartel do Porto de Souza, 2 de dezembro de 1828, Livro 30, fl. 253. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de fevereiro de 1829, Livro 67, fl. 142.

²⁸Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de abril de 1830, fl. 210.

Ontem de tarde indo aquele Manoel Pinto Ribeiro à sua roça, encontrou nela os tais Botecudos roubando-lhe o milho e bananas. Veio disto dar-me parte, mandei que o Língua os fosse chamar; foi, vieram [os] Botecudos ao meu quartel, enfadei-me muito com eles. Negaram dizendo que eles não estavam furtando. Mandei comprar bananas e milho e reparti entre eles. Quase à noite disseram que iam chamar o resto da família e foram. Mandei após deles o sargento, o artífice e o Língua e vieram todos três tirar os Botecudos do mato perto das roças dos dois habitantes acima [com] algumas cargas de milho e três cachos de bananas e com isto tudo seguiram o caminho dos quartéis abandonados.²⁹

No entanto, o clima de guerra ofensiva permanecia nas relações dos colonos com os índios, pois, se não era possível contê-los e integrá-los à colonização, que fossem combatidos ou afugentados para longe dos povoados. Para os índios, o estado de conflito com a Diretoria deflagrara-se quando percebiam que as promessas feitas para os atrair não podiam ser concretamente cumpridas. Inúmeras vezes os diretores alertaram sobre as reações desconfiadas e violentas dos índios quando não eram satisfeitos os interesses que os moviam a se aproximarem, como em 1828, quando:

[...] grande número deles que saía de paz no Porto de Souza pedindo roupa, facas e outras coisas que era costume dar-se-lhes. E porque isto não havia, foram desconfiados e agora saem de guerra e mais brabos que antes, de maneira que por vezes o destacamento tem escapado de ser vítima deles. De próximo saíram tantos e tão brabos que destroçaram as plantações do aldeamento sem o destacamento poder fazer mais do que pegar nas armas e defender-se a si e o quartel, pois os Botecudos homens tomaram a frente do quartel, enquanto as mulheres e crianças destroçaram o que lhes pareceu.³⁰

²⁹Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 16 de janeiro de 1832. APE-ES, FG/SA, fl. 931.

³⁰Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 21 de novembro de 1828, fl. 251.

Percebemos como eram delicados os limites entre uma relação branda e pacífica e o estabelecimento de um clima de guerra. No Porto de Souza, essa linha frágil era sempre evocada. Na mesma correspondência acima, o diretor Lisboa apresentou ao Presidente da Província a inquirição do comandante local em relação ao que fazer com os índios. O comandante exigia providências para agradá-los como eles queriam; do contrário, restava abrir “fogo quando forem insultados”. Lisboa conclui com a seguinte reflexão: “Eu nunca direi a V. Ex.^a que os Boticudos se aldeiam nestes 15 ou 20 anos, porém certifico que havendo algumas providências se amansam, isto é, que sairão nos aldeamentos e voltarão para os matos sem fazerem mal a ninguém.”

Ao mobilizar e atrair os inúmeros grupos Botocudos entranhados nas florestas, fazendo propagar promessas de sustento, bom tratamento e ofertas de presentes, errou-se de forma cabal com o pressuposto de que isso seria suficiente para torná-los sedentários e civilizá-los, submetendo-os à vida colonial. As relações estabelecidas com as populações nativas na região do rio Doce na década de 1820 mostram que as ofertas eram sim atrativas e engendraram interesses no mundo indígena, mas sem que os diretores tivessem controle e manipulação sobre isso. Dessa forma, o número de índios que passaram pela Diretoria variou muito em decorrência, inclusive, dos recursos disponíveis para atendê-los. A permanência de grupos numerosos nos aldeamentos somente foi concretizada em alguns momentos mediante concessões e o contínuo fornecimento de víveres.

A tabela seguinte apresenta uma síntese das informações presente na documentação consultada sobre o quantitativo de índios que passaram pela Diretoria do início do seu funcionamento (1824) até o fim do Primeiro Reinado (1831).

Tabela 1. Número aproximado de índios que passaram pela Diretoria

| | Aldeamento de São Pedro de Alcântara | Porto de Souza ou Aldeamento do Triunfo | Linhares |
|-------------|---|--|----------|
| 1824 | 186 | ? | - |
| 1825 | 120 | ? | 16 |
| 1826 | 51 | ? | 56 |
| 1827 | - | 100 | 92 |
| 1828 | - | 300 a 400 | 80 |
| 1829 | - | 200 | 60 |
| 1830 | - | 200 | 30 |
| 1831 | - | 200 | 136 |
| 1832 | - | 200 a 300 | 305 |

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly. Correspondências de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província, Livro 30, fls. 223, 246 e 959. Livro 67, fls. 81 e 83.

Os dados são bastante lacunares e não dão conta do número total de nativos reunidos nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara, que funcionou até fins de 1826, do Porto de Souza (ou Triunfo, como passou a ser chamado na documentação) e de Linhares. Esses vazios se devem às informações nem sempre precisas e a períodos com pouca documentação preservada. Em relação à presença de Botocudos no Porto de Souza, por exemplo, João Antônio Lisboa geralmente apresentava cifras aproximadas, apontando o número de famílias ou afirmando que os índios passavam de cem, duzentos, quase nunca apresentando a exatidão dos números.

O constante trânsito nativo pode ser mais bem compreendido ao tomarmos como exemplo o ano de 1832, um dos períodos em que a população dos aldeamentos foi mais significativa. Em maio, a sede da Diretoria em Linhares contava com 98 Botocudos de diferentes famílias. No entanto, a maior parte dos índios permaneceu no aldeamento por menos de um mês. Segundo o diretor, eles logo voltaram para o mato, retirando-se uma família com 39 pessoas no dia 21 de maio e outra com 34 no dia 25, “mas disseram que logo tornariam”. O motivo desse regresso tão rápido para as florestas foi a falta de ferramentas para presenteá-los quando chegaram, porque eles “[...] tanto as pedem, que não se lhes dando ficam desconfiados.” Lisboa então solicitou suprimentos para oferecer-lhes quando voltassem, mas o pedido não foi

atendido. No mês seguinte, os 39 índios que tinham se retirado retornaram. Porém, novamente não receberam presentes, nem mesmo sustento, o que os levou a se retirarem rapidamente. Aliás, segundo Lisboa, “[...] foram quase empurrados por mim em razão da falta que há de comestíveis e do alto preço que se compra alguma coisa que aparece”.³¹

No entanto, ao cruzarmos estas informações com as do quadro do orçamento do Império destinado ao Espírito Santo apresentado anteriormente, verificamos que o ano de 1832 foi o que a província recebeu a maior quantidade de recursos financeiros. Inclusive, o recurso recebido, de seis contos e quinhentos e oitenta mil réis, foi o maior recebido dentre todas as províncias nos anos de 1830-1833. Do conjunto de documentos da Diretoria, sabemos que neste ano o gasto com o sustento dos índios foi de 613\$920 (seiscentos e treze mil e novecentos e vinte réis) e com o pagamento dos empregados foi de 1:304\$740 (um conto, trezentos e quatro mil e setecentos e quarenta réis).³² Foi o maior gasto com o sustento dos índios verificado desde 1826. Sem dúvidas esta é uma questão a ser verificada com maior acuidade, com o cruzamento de informações e busca de novos documentos, pois verificamos claramente que o alto montante provindo do Tesouro Imperial pouco foi usado para de fato prover o funcionamento dos aldeamentos e o sustento dos índios.

Como demonstramos, a aproximação dos índios da Diretoria e dos quartéis era movida por expectativas bem explícitas, que os levavam a rodear as regiões colonizadas até serem, de alguma forma, atendidos e satisfeitos. Desse modo, a Diretoria não conseguiu aldear, tampouco controlar os Botocudos, objetivo precípuo do projeto de aldeamentos. Durante a maior parte do seu período de funcionamento, predominou um intenso trânsito indígena entre as florestas e os aldeamentos. Em algumas correspondências as informações sobre as chegadas e saídas são detalhadas e nos permitem compreender sua livre circulação.

Assim, fica evidente que os contatos com a sociedade colonial eram intensos e contínuos. Essa realidade teve diversos efeitos maléficos para os índios: a exasperação de conflitos entre os grupos nativos inimigos (principalmente entre os Naknenuk e os Biurus), explorações e chacinas promovidas pelos colonos contra famílias inteiras que se aproximavam

³¹Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de junho de 1832, fl. 956 e 30 de junho de 1832, fl. 959.

³²MARINATO, 2007, p. 100.

e a proliferação de doenças, como as bexigas. Era frequente o “pedido de licença” dos índios aldeados para voltar para as florestas ou a fuga destes por causa das doenças. Em muitos momentos, as informações sobre os doentes e a mortandade entre os índios indicam a existência de moléstias com surtos de grandes proporções.³³ Nem sempre as providências oferecidas para tratar e evitar enfermidades eram eficazes. Na verdade, as tentativas de se oferecer tratamento de saúde aos índios demonstram as distâncias socioculturais predominantes nas relações entre eles e os colonos nos aldeamentos:

O meu cuidado e do cirurgião-mor a respeito do curativo deles tem sido grande, eles por selvagens é que morrem, pois não querem tomar remédios nem estar no Hospital, e quando para lá vão à força, fogem e vêm deitar-se [ilegível] junto do fogo, que é para eles o seu maior prazer.³⁴

Sem dúvida, as doenças estavam entre as piores e mais avassaladoras consequências sofridas pelo contato e avanço da fronteira colonial. A destruturação provocada pela colonização inevitavelmente começava a atingir até mesmo o recôndito das florestas. Fatalmente, o sistema social nativo era atingido e os Botocudos, não obstante sua resistência e postura insubmissa e altiva, viam-se cada vez mais envolvidos pela teia colonizatória. Essa interferência no *habitat* e no sistema sociocultural indígena também aflorou e aguçou rivalidades em seu meio intersocietário. Segundo Brian Fergusson, de fato, o maior efeito do contato entre índios e brancos foi o de “intensificar e engendrar a guerra”, de tal modo que o fascínio por ferramentas e armas europeias fez aumentar a competitividade e as lutas entre grupos rivais pelo acesso a tais produtos.³⁵ O empenho na busca pelos objetos oferecidos causou rixas ferrenhas, sobretudo entre os subgrupos Naknenuk e Biurus.

³³ Em 1827, uma família Naknenuk que esteve por pouco tempo na Diretoria voltou para as florestas “com licença e muito doentes”. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 04 de junho de 1827, fl. 206.

³⁴ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 19 de julho de 1827, fl. 208.

³⁵ Brian Fergusson 1990, citado por ALMEIDA, 2003, p. 56.

OS BOTOCUDOS DO NORTE E DO SUL

A denominação Botocudo tornou-se comum e generalizou-se no século XIX, quando a aproximação e os contatos coloniais avançaram continuamente de encontro aos povos nativos dos territórios das bacias dos rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri. Neste século a documentação é mais profusa, relatando melhor os eventos do processo de colonização e registrando os nomes dos vários subgrupos Botocudos, que vão sendo conhecidos porque as relações com eles tornam-se cada vez mais próximas e deixam de ser apenas conflituosas. Os etnônimos dos Botocudos eram autodenominações que surgiam a partir da associação a pontos geográficos ou seguindo nomes de caciques que lideravam dissidências internas.³⁶

Os grupos Botocudos que são referenciados na documentação produzida pela Diretoria do Rio Doce são os identificados pelos etnônimos Naknenuk/ Naknanuk/ Naquenanuque, Giporok/Jiporok/Pojixá, Biurus, Noc-noc, Eito-eito/Etwet. Utilizamos aqui a grafia verificada nas correspondências. Além da menção aos índios pelas suas autodenominações que vão se tornando conhecidas, os diretores também se referiam a eles por apelidos e, mais frequentemente, pelas designações conforme a localização geral ou origem que os grupos eram associados. Assim, os Naknenuk são referenciados como “Botocudos do Norte”.

A menção baseava-se em sua localização, pois, como atesta Teófilo Otoni, eles formavam uma populosa confederação nas cabeceiras dos rios Todos os Santos e Mucuri.³⁷ À época do convívio de Otoni com esse grupo, a partir da fundação da Companhia de Colonização do Vale do Mucuri, na década de 1840, os Naknenuk organizavam-se em diversas tribos, cada uma com seu capitão, e viviam em harmonia entre si. De acordo com Mattos, habitavam também a região do rio Itambacuri, tributário esquerdo do Doce, e formavam a maior população do aldeamento do Itambacuri (1873-1911).³⁸

Desde os anos iniciais do funcionamento da Diretoria, os Naknenuk foram alvos prioritários do trabalho de pacificação e integração. No entanto, a identificação desse grupo no âmbito da Diretoria exige cuidado na interpretação das fontes e também o cruzamento de dados

³⁶ PARAÍSO, 1992, P. 428.

³⁷ OTONI, Teófilo. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Bendito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo em 31 de março de 1858. In: DUARTE, Regina Horta (Org.). *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 49.

³⁸ MATTOS, 2004.

de diferentes informações documentais e bibliográficas. Isso porque algumas vezes o etnônimo Naknenuk foi utilizado como sinônimo genérico de “índios Botocudos”.³⁹ Outra dificuldade é que a expressão “Botocudos do Norte”, também se referia aos índios do vale do rio São Mateus (Cricaré). Para ficarmos com um exemplo, em 1832, visitavam a Diretoria duas famílias de Botocudos “já acostumados a sair de paz”, identificadas como procedentes do Norte, “mas não vizinhas, nem amigas”.⁴⁰

A região norte do Doce até o rio São Mateus era habitada pelos Naknenuk,⁴¹ mas também pelos Giporok. Grupo que empenhou forte resistência ao contato e ao diálogo com os luso-brasileiros, os Giporok eram reconhecidos por diferentes subdenominações, como Pojixá, Uruçu, Pam-Pam, em menção aos lugares que habitavam ou aos seus líderes. Inimigos irreconciliáveis dos Naknenuk e dos brasileiros, serviram-se das serras e vertentes do rio São Mateus como refúgio durante todo o Oitocentos.⁴²

Os Naknenuk eram vistos como arredios e guerreiros: empregavam guerras a outros grupos Botocudos e só estabeleciam alianças com os cristãos se apossados pelos inimigos.⁴³ Mattos destaca que eles mantinham alianças com populações não-indígenas numa estratégia de sobrevivência e belicosidade contra os inimigos.⁴⁴ No Espírito Santo, eram considerados índios “bravos”, temidos pelos seus maiores rivais, os Biurus, que também eram assistidos pela Diretoria.⁴⁵ Nos muitos relatos sobre sua aproximação dos quartéis do Porto de Souza e Linhares, aparecem as adjetivações de índios “ferozes”, “desordeiros”, “famintos” em narrativas sobre a destruição de lavouras e a exigência de ferramentas e presentes. Em 1830, ao escrever sobre a presença dos Naknenuk nas proximidades de Linhares e os esforços da Diretoria para aldeá-los e pacificá-los, Lisboa informou que eles se autodenominavam

³⁹Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 21 de agosto de 1825, fl. 64.

⁴⁰Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de maio de 1832, fl. 945.

⁴¹ Em 1830, o diretor João Antônio Lisboa afirmou: os Naknenuk costeiam “[...] o centro deste mato até São Mateus [...] [e são os que] há muitos anos perseguem esta povoação e todo o distrito de Linhares da parte do norte”. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 20 de abril de 1830, fl. 211.

⁴² MATTOS, 2004, p. 121.

⁴³ OTONI, 2002, p. 43 e 49.

⁴⁴ MATTOS, 2004, p. 167.

⁴⁵Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 18 de janeiro de 1827, fl. 153.

“Naquemás”.⁴⁶ Em 1832, o mesmo diretor falou da rápida passagem deles pela Diretoria e da tentativa de agradá-los, identificando-os naturalmente como “Naque Naque más”.⁴⁷

É interessante notar como as referências ligadas aos diversos subgrupos e até mesmo os apelidos se tornavam denominações comuns, o que dificulta a identificação dos grupos. Sem dúvida, era um artifício para diferenciar as diferentes famílias contatadas no mundo colonial, mas contribuiu também para minar identidades e desvincular as coletividades étnicas existentes entre os Botocudos. Para ficarmos com mais um exemplo, na mesma correspondência citada de 1832, Lisboa caracterizou uma família com o termo “Botocudos boubentos”, informando que era “antiga perseguidora dos habitantes e guarnição do rio Doce”.⁴⁸ Por essa informação, podemos supor que se trata dos mesmos Naknenuk, pois a expressão “boubentos” não foi encontrada em nenhuma bibliografia referente aos Botocudos e seus etnônimos.

Não obstante a caracterização dos Botocudos como índios bravos e guerreiros, há muitas menções à sua predisposição para a civilização.⁴⁹ Em 1825, ao narrar a apresentação pacífica de uma família Naknenuk com 38 pessoas no quartel do Porto de Souza, Carlos Augusto Nogueira da Gama ofereceu a seguinte visão sobre o comportamento deles:

[...] esta gente é melhor em tudo que a do Sul [Biurus], por quanto nada furtam, acomodam-se com o que se lhes dá, em sinal de gratidão dançam, cantam e dão mil abraços [...]. Só o Capitão tinha tábua [botoque] no beijo; das mulheres poucas tinham. São mais limpos, mais altos, mais claros, corados e mais contidos e suficientes para a Civilização. É a primeira vez que esta gente se abraçou com os portugueses, posto que muitas tem aparecido e falado [...]. [É preciso] cuidar-

⁴⁶Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de julho de 1830, fl. 228.

⁴⁷Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 16 de janeiro de 1832, fl. 931.

⁴⁸Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 16 de janeiro de 1832, fl. 931.

⁴⁹Teófilo Otoni afirmou que os Naknenuk tinham caráter bondoso e que se tomaram ainda mais “inofensivos e bons” tendo a população cristã ao seu lado nas guerras empreendidas (OTONI, 2002, p. 70).

se no aldeamento desta gente com toda a brevidade, pois que eles se oferecem espontaneamente.⁵⁰

Em contrapartida, a opinião do diretor Lisboa contrariava essa suposta disposição dos Naknenuk à civilização. Suas narrativas apontam a resistência deles em se apresentar e permanecer nos povoados, aldeamentos e quartéis. Por isso, Lisboa procurou destinar tratamento especial e prioridade de recepção aos Naknenuk no quartel do Porto de Souza, para onde afluíam diferentes grupos. Usando suas próprias palavras, desejava agradá-los “[...] por serem os mais custosos de domar”.⁵¹ Dessa forma, o Porto de Souza, para onde eles eram atraídos antes mesmo do início do funcionamento da Diretoria do rio Doce, foi alvo de esforços locais no sentido de transformá-lo em um aldeamento exclusivamente Naknenuk, chamado de “aldeamento do Triunfo” a partir de 1829.

Estes índios mantinham intenso tráfego entre as jurisdições mineira e espírito-santense. O quartel do Porto de Souza (limite com Minas) e o vale do rio Pancas eram locais onde se estabeleceram continuamente, daí os esforços da Diretoria em atendê-los e aldeá-los próximo dessas localidades. Há observações dos comandantes do Porto de Souza e do diretor Lisboa de que os índios diziam que queriam aldear-se perto desse quartel “porque aqui é sua terra.”⁵² No entanto, o tráfego de mineiros por essa região e de diferentes grupos Botocudos rivais malogrou todas as tentativas de aldeamento dos Naknenuk no Espírito Santo nos anos de funcionamento da Diretoria do rio Doce.

Já os Biurus, que segundo os relatos eram provenientes do sul do rio Doce, deveriam ser assistidos em Linhares ou no aldeamento de Pau Gigante, que tantas vezes se falou em construir para atendê-los. Diante das providências insuficientes e da falta de controle sobre a circulação indígena, os Biurus, ao verem a pouca atenção a eles dispensada e o não cumprimento das promessas que os interessavam, tiveram suas desconfianças cada vez mais

⁵⁰Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 20 de fevereiro de 1825, fl. 56-57.

⁵¹Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de março de 1828, fl. 258.

⁵²Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de José Joaquim dos Santos a João Antônio Lisboa. Quartel do Porto de Souza, 19 de março de 1827, fl. 220.

atiçadas. O etnônimo Biurus designava diversas famílias que demandaram a assistência da Diretoria do rio Doce desde 1824. Certamente o termo se originou de acordo com o que John Monteiro considerou como “etnogênese no processo de colonização.”⁵³ O etnônimo não foi encontrado nas referências consultadas sobre os índios Botocudos. Aparece na documentação analisada somente a partir de 1826 para denominar os índios anteriormente mencionados como “Botocudos do Sul”. As primeiras informações que se referem a tais índios indicam o longo convívio de uma família no aldeamento de São Pedro de Alcântara, considerada quase civilizada. No entanto, em fevereiro de 1825, o grupo voltou para o mato:

[...] esta família está quase doméstica e já dizem muitas palavras em português: o capitão tem grande vontade de aprender a falar, eu tenho me onerado em ensiná-lo. Julgo que a ida deste capitão para o mato não foi originada pela caçada, mas sim pelas saudades de sua mãe e irmãos, por quem continuamente perguntava e esperava segundo minhas promessas.⁵⁴

Logo depois, a mesma família foi localizada perto do rio Santa Maria (afluente direito do Doce) pelos soldados do Porto de Souza. Era conduzida pelo capitão Kruka. Outro grupo comandado pelo capitão Nhek-nhek, procedente da região do rio Itapemirim, também foi estabelecido no aldeamento de São Pedro de Alcântara desde meados de 1824.⁵⁵

Dois acontecimentos denotam a importância dos “Botocudos do Sul” no contexto colonial e ajudam a explicar o surgimento do etnônimo Biurus. Em 1824, famílias de Botocudos que estavam em conflito com colonos no vale do Itapemirim foram deslocadas para o aldeamento São Pedro de Alcântara, no Doce. O grupo resistiu em permanecer no aldeamento e, ao tentar retorno para o sul, apresentou-se sublevado em Vitória, onde ficou alojado por vários meses na ilha do Príncipe, sendo levado depois de muita negociação de volta para o

⁵³ MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001.

⁵⁴Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 20 de fevereiro de 1825, fl. 56-57.

⁵⁵Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondências de Carlos Augusto Nogueira da Gama ao Presidente da Província do Espírito Santo. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 07 de março e 13 de setembro de 1825, fls. 59 e 63.

Doce.⁵⁶ Já em 1825, esse mesmo grupo era considerado habituado ao convívio com a sociedade colonial tendo adquirido, inclusive, costumes e vícios, como o de beber aguardente.⁵⁷ Esse convívio no mundo colonial resultou em grande desconfiança dos Biurus, pois passaram a empreender dissidências e resistências à vida aldeada. Os contatos com os colonizadores provocaram a sua fúria devido às explorações sofridas, doenças, rapto de suas crianças e promessas não cumpridas, principalmente as de sustento.

A intensa rivalidade alimentada contra os Nahnenuk, o contínuo aparecimento no quartel do Porto de Souza e a indicação de vastos trânsitos entre os sertões de Minas e Espírito Santo também foram acontecimentos recorrentes com referências aos “Botocudos do Sul”. É possível a existência de uma relação de parentesco com o grupo do capitão Pokrane, que em 1824 passou a atuar na região do Cuieté (6.^a Divisão Militar mineira) e formou um aldeamento no rio Manhuaçu.⁵⁸ Teófilo Otoni afirmou que, após a morte de Pokrane em 1843, os dissidentes do seu grupo eram liderados, entre outros, por um capitão identificado pelos nomes Mek-Mek, Nek-Nek e Nok-Nok. O etnônimo Mek-Mek teria passado a identificar um desses grupos dissidentes.⁵⁹ As correspondências da Diretoria trazem, já no ano de 1825, a menção a um importante capitão dos Botocudos do Sul denominado Nhek-nhek.

A documentação também identifica como Biurus famílias lideradas pelos capitães Arague e Eito-Eito. O capitão Eito-Eito foi mencionado como o “mais bravo” dos Biurus.⁶⁰ Em 1830, os grupos de Eito-Eito e Arague atacaram o quartel do Porto de Souza em busca de alimentos. Segundo Lisboa, chegou primeiro “[...] um lote de Botocudos comandados pelo capitão Arague, insultando atrevidamente o sargento e os soldados, tirando-lhes das mãos o que têm para comerem, querendo entrar à força no quartel e à força têm arrancado as plantações

⁵⁶ MARINATO, 2008, p. 54-55.

⁵⁷ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 18 de janeiro de 1827, fl. 153.

⁵⁸ Batizado por Guido T. Marlière, Pokrane passou a ser chamado de Guido Pokrane Marlière. Exerceu papel fundamental nas Divisões Militares mineiras e na política civilizatória do diretor Guido T. Marlière (1820-1829), atuando na 4.^a Divisão Militar (região de Antônio Dias, rio Piracicaba) e na 6.^a Divisão Militar (Cuieté). Sua aldeia foi estabelecida no rio Manhuaçu e é considerada um dos maiores aldeamentos da primeira metade do século XIX, onde Pokrane resistia na manutenção da autonomia e não-aceitação da tutela do Estado. Foi assassinado em 1843, o que ocasionou cisões em sua tribo e dificuldades ao aldeamento. Pokrane exerceu papel fundamental na geopolítica nativa e no processo de civilização desenvolvido em Minas e no Espírito Santo, já que mantinha ininterrupta rivalidade e guerras com os índios do norte do Doce, que eram assistidos pela Diretoria do rio Doce no Espírito Santo.

⁵⁹ Teófilo Otoni citado por PARAÍSO, 1992, p. 18.

⁶⁰ Aqui também levantamos uma possível ligação com o grupo de Pokrane, com base na semelhança na pronúncia do nome Eito-Eito e o do irmão do grande líder do Manhuaçu. Paraíso (idem) verificou o registro de um irmão de Pokrane chamado de Oheto Treto ou Etweto, cuja pronúncia se assemelha à do nome do capitão escrito como “Eito-Eito” nas correspondências do diretor João Antônio Lisboa, da Diretoria do rio Doce.

ainda verdes.” Lisboa informou ao Governo as providências em armamentos para socorrer o quartel desse ataque, oferecendo mais detalhes das ofensivas dos Biurus:

[...] espera-se naquele quartel outro grande lote de Botecudos comandados pelo Capitão Eito Eito, que é o mais brabo Botecudo dos chamados Biurus; e aquele Arague não é menos brabo, pois vindo agora com mais cinco Botecudos na canoa que veio buscar farinha, entrou no meu quartel [Linhares] com arrogância, me pediu mantimento para levar à sua gente e eu o agradei quanto pude, por ser isto do meu dever, e voltou na mesma canoa.⁶¹

Apesar do fato de algumas famílias dos Biurus serem consideradas civilizadas já no início do funcionamento da Diretoria, na realidade, grupos identificados por esse etnônimo causaram os mais intensos conflitos com militares e colonizadores nos anos seguintes. Uma explicação para esse comportamento é o fato de que, ao perceberem que haviam sido enganados pelas promessas de sustento e hospitalidade feitas a princípio para atraí-los, saíam “ainda mais brabos do que antes”.

Em muitas das ofensivas contra os soldados, sobretudo no aldeamento do Porto de Souza, os Biurus foram comandados por antigos intérpretes que trabalharam na Diretoria. Tal fato deixa evidente que o convívio com a sociedade colonial não foi suficiente para integrá-los, tampouco para manipular seus interesses e dominá-los. É provável que a convivência possibilitou o contrário em muitos momentos: os índios utilizavam-se do aprendizado da língua e das experiências obtidas para negociar seus interesses. Dessa forma, os contatos coloniais não podem ser reduzidos a conclusões de extermínio, mestiçagem e desaparecimento dos índios com a expansão dos territórios colonizados. Como apontou Apolinário, “[...] cada povo indígena reagiu aos contatos a partir do seu próprio dinamismo e criatividade”.⁶² Além disso, como vimos, os povos indígenas tiveram ação protagonista em muitos eventos, marcando

⁶¹Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67. Correspondência de João Antônio Lisboa ao Presidente da Província do Espírito Santo. Linhares, 01 de julho de 1830, fl. 228.

⁶² APOLINÁRIO, Juciene R. Contatos interétnicos entre povos indígenas no sertão da Capitania real da Paraíba, entre os séculos XVI e XVIII. In: APOLINÁRIO, Juciene R. e REGO, André de A. (orgs). *Novas histórias dos povos indígenas no Brasil: territorialidades da escrita interdisciplinar indígena e não-indígena*. Salvador: Sagga, 2018, p. 144.

situações e contextos que não podem deixar de serem compreendidos e enfatizados no processo histórico capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As renovações que ocorreram na operação historiográfica nas últimas décadas possibilitaram uma riqueza fundamental ao conhecimento histórico, porque novos protagonistas têm sido revelados e devidamente valorizados, como os povos nativos. Além disso, é fundamental descentralizar e deslocar as análises dos centros econômicos que foram erigidos na historiografia nacional. Como buscamos demonstrar nessa análise, o Espírito Santo foi uma das províncias em destaque nos assuntos relacionados à civilização e integração da população nativa, porque sua população indígena era grande, diversificada e encontrava-se em diferentes condições de organização sociocultural e contato com a sociedade colonial. No Primeiro Reinado, quando estes debates se desenvolveram e se discutia também a inclusão ou não dos índios na categoria de “cidadãos”, as recomendações, decisões imperiais e sobretudo o Regulamento de 1824 remetidos ao Espírito Santo refletiam esses debates travados pelos parlamentares imperiais e apropriavam-se dos seus discursos.

Além disso, as experiências derivadas dessa província, relatadas proficuamente nas correspondências dos Diretores do rio Doce e nos relatórios que eles expediam trimestralmente ao governo imperial, demandaram atenção e discussão política das autoridades locais. Podemos citar como exemplo, a longa troca de correspondências entre a Diretoria e membros do Conselho do Governo entre os anos de 1825 e 1826 motivada por uma Portaria imperial que fazia diversas inquirições sobre o estágio alcançado com os trabalhos de civilização.⁶³ É provável que as experiências e relatos procedentes do Espírito Santo tenham ecoado no centro do Império e alcançado lugar nos debates ocorridos, o que uma análise mais acurada dos discursos e debates políticos imperiais poderá demonstrar.

O esforço de compreensão do universo indígena em outras temporalidades não é fácil e nem sempre exitoso. Isso porque é preciso fazer análises e interpretações a partir de

⁶³ Cf. em MARINATO, 2007, p. 120 a 124.

fragmentos das ações dos índios, inseridos quase sempre pelo colonizador, como é o caso da documentação aqui analisada. Raramente, encontramos as vozes nativas ecoando de forma direta no documento, estando sempre intermediadas pelas inscrições e registros do homem branco. Mesmo assim, ao se fazer o esforço de uma análise que os torne “sujeitos históricos plenos”, obtemos resultados que revelam o protagonismo dos povos nativos nas ações coloniais que os envolveram; que eles não se posicionaram passivamente e como vítimas diante da expansão da fronteira colonial. No rio Doce, observamos como os Botocudos negociaram, se apropriaram das ofertas que os interessavam e se movimentaram intensamente pelo território que eles continuavam a dominar mesmo com o avanço colonial.

Assim, ao enveredar pela história indígena buscando “resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos)”⁶⁴, compreendemos a importância e altivez dos índios, indivíduos que foram/são até mesmo indesejados na sociedade capixaba. Menosprezados em nosso processo histórico, segue-se tentando invisibilizá-los na atualidade. Mas uma reparação a isso é a renovação da historiografia capixaba e a fecundidade que as novas análises que destacam os povos indígenas têm proporcionado.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 67, folhas 56, 57, 59, 63, 64, 81, 83, 95, 142, 147-148, 153, 210, 211, 217 e 228.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, Série Accioly, Livro 30, folhas 142, 153, 206, 208, 220, 223, 246, 251, 258, 931, 945, 956, 959.

OTONI, Teófilo. Notícia sobre os selvagens do Mucuri em uma carta dirigida pelo Sr. Teófilo Bendito Otoni ao Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo em 31 de março de 1858. In: DUARTE, Regina Horta (Org.). *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 39-94.

⁶⁴ OLIVEIRA, 1999, p. 106.

Regulamento para a civilização dos índios Botocudos nas margens do rio Doce de 28/1/1824. In: OLIVEIRA, José Joaquim Machado de (Org.). Notas, apontamentos e notícias para a história da Província do Espírito Santo. *Revista do IHGB*, tomo XIX. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1856, p. 222-224.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memória statistica da Província do Espírito Santo escrita no anno de 1828*. Vitória: APE-ES, 1977.

Obras Gerais

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

APOLINÁRIO, Juciene R. Contatos interétnicos entre povos indígenas no sertão da Capitania real da Paraíba, entre os séculos XVI e XVIII. In: APOLINÁRIO, Juciene R. e REGO, André de A. (orgs). *Novas histórias dos povos indígenas no Brasil: territorialidades da escrita interdisciplinar indígena e não-indígena*. Salvador: Sagga, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp, 1992.

MARINATO, Francieli. A. *Índios imperiais: os Botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (ES, 1824-1845)*. Dissertação. Mestrado em História Social da Relações Políticas. Vitória, UFES, 2007.

_____. Nação e civilização no Brasil: os índios Botocudos e o discurso de pacificação no Primeiro Reinado. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, n. 21, 2008, p. 41-62.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e revolta: os Botocudos e a catequeses na Província de Minas*. Bauru: EDUSC, 2004.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH-Unicamp, 2001. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/htm>>

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). *História – Revista do Departamento de História da UFES*, Vitória, n. 9, p. 99-123, 2001.

_____. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania o Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.

MOREL, Marco. Independência, vida e morte: os contatos com os Botocudos durante o Primeiro Reinado. *Dimensões – Revista de História da UFES*, Vitória, n. 14, p. 91-113, 2002

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 413-430.

_____. Guido Pokrane, o imperador do rio Doce. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2005, Londrina. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: dez. 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociologia do Brasil indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. *Revista Brasileira de Etno-História*, Recife, ano 2, n. 2, 1998.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2012.

Recebido em: 06/04/2021 – Aprovado em: 20/07/2021